

DA INVENÇÃO DA INFÂNCIA À INVENÇÃO DO ECA

Mariza Cardozo de OLIVEIRA¹

Valderês Maria ROMERA²

RESUMO: A partir do presente artigo é pretendido apresentar a invenção da infância e adolescência, não como um processo natural e intrínseco ao desenvolvimento humano, mas como uma construção social. Durante essa construção, crianças e adolescentes sofrem vários tipos de violência e são expostos pela própria família a uma condição subordinativa de poder e convívio desigual, que desembocam na diversidade das situações de violência, que muito embora não seja o foco desse artigo, será tratado de forma breve, porém enfática por Romera (2009), assim como o tratamento que tais crianças e adolescentes passaram a receber após a implantação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal n. 8.069/90. Será verificadas as contribuições de relevância social e acadêmica, que esse artigo trouxe, desde as mudanças no paradigma da concepção atrelada ao anterior Código de Menores, bem como aquelas consideradas positivas ao que se refere ao esfacelamento de estigmas impostos às crianças e adolescentes de todo Brasil

Palavras-chave: Criança. Adolescente. Família. Código de Menores. ECA

1 INTRODUÇÃO

A partir do presente artigo, é pretendido apresentar a invenção da infância e adolescência, não como um processo natural e intrínseco ao desenvolvimento humano, mas como uma construção social. Também é pretendido buscar esse entendimento baseado no contexto da idade média, pois a infância e adolescência, nem sempre existiram.

¹ A autora é bacharel em Ciências Econômicas pelas FIAET, Faculdades Integradas Antonio Eufrásio de Toledo, Presidente Prudente-SP em 2002. Especialista em Economia Empresarial pela UEL, Universidade Estadual de Londrina-PR, CESA – Centro de Estudos Sociais Aplicados em 2007. Atualmente, é discente 8 termo do curso de Serviço Social também pela Toledo. E-mail: mariza_cardozo@hotmail.com

² É docente das Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente, no curso de Serviço Social, é mestre pela Universidade Estadual de Londrina, também trabalha na Área da Habitação e é orientadora deste artigo. E-mail:valderes@unitoledo.br

Neste sentido foi utilizado como pilar de sustentação para essa discussão os postulados teóricos de Philippe Ariès, cujo autor contextualiza como era a vida dessas crianças e adolescentes, sob o enfoque de se misturarem com os adultos nos espaços cotidianos, enfatiza a inexistência da concepção de infância, as crianças eram tidos como adultos em miniaturas.

Posteriormente é apresentado o contexto social que desembocou na criação do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, que vem assegurar um sistema de Garantia de Direitos, frente às situações de violência e maus tratos no âmbito da família e essa latência é devido ao fato de anteriormente não haver regulamentação de direitos e deveres, tanto das crianças e adolescentes, como dos genitores.

A discussão também perpassa o âmbito da família, que não consegue cumprir seu papel protetivo, e termina como reprodutora das situações de violência. Esse debate é pilarizado em Romera (2009) que ao final do artigo apresenta uma alternativa sobre como se trabalhar com tais famílias, ainda que de modo breve, mas com a devida clareza e objetividade que o assunto requer.

Esse artigo apresenta relevância social e acadêmica, pois denota o quanto é imprescindível entender como deu-se a invenção da infância até a invenção do ECA. Essa pesquisa foi elaborada por meio de pesquisa histórica em sites, e anotações em sala de aula durante as Oficinas de Violência ministrada pela mesma autora mencionada acima e é um fruto da composição de trabalho realizado na mesma oficina, que derivou neste artigo.

2 A INVENÇÃO DA INFÂNCIA

A partir da presente seção será apresentado e discutido a invenção da infância, será verificado como a sociedade da idade média se organizava nos espaços

sociais, pois a infância não era tida como um processo pronto e acabado, mas como uma construção social, por esse motivo, se faz necessário utilizar o contexto da época, pois vai auxiliar no entendimento desse conceito.

De acordo com Airès (1981, s.p.) a vida cotidiana da idade média girava em torno do comércio e da fé cristã, desse modo, as ruas se transformaram em um espaço público destinado às tais atividades, cujas distâncias foram pensadas a partir do cidadão comum. As ruas, assim como as praças, os parques e os jardins constituíam um espaço urbano caracterizado por estar delimitado por edifícios e por regularizar as atividades humanas de ordem pública. Tudo que era privado, tornara-se público, ou seja, quase todas as atividades eram desempenhadas nas ruas, sem que houvesse pudor ou qualquer outra forma de repreensão.

A partir da referida citação, entende-se que em algumas civilizações não existia infância, muito menos adolescência, especialmente na idade média, o público e o privado eram sinônimos:

As ruas da sociedade medieval, não se opunha à intimidade da vida privada; era um prolongamento dessa vida privada, o cenário familiar do trabalho e das relações sociais. Os artistas, em suas tentativas relativamente tardias de representação da vida privada, começariam por mostrá-la na rua, antes de segui-la até dentro de casa. Talvez essa vida privada se passasse tanto ou mais na rua do que em casa: (ARIÉS, 1981, s.p.).

Como verificado pelo autor, não havia separação entre o público e o privado e assim ocorria o desenvolvimento do sujeito. Entretanto, Ariès (1981, s.p.) destaca que tal desenvolvimento não é um processo previsível, universal, linear ou gradual, e que este está intimamente ligado ao ambiente sócio-cultural em que a pessoa se insere, e se processa de forma dinâmica e dialética através de rupturas e desequilíbrios. Os processos elementares são de origem biológica e as funções psicológicas superiores, de origem sócio-cultural. Por isso é importante analisar e conhecer sobre as diversas culturas e épocas em que foram elementares, para que com isso seja possível formar opiniões e construir uma base sólida de informações úteis na construção da história.

Para que o sujeito se desenvolva, como afirma o autor, vai depender do contexto sócio-histórico de sua inserção, mas não é um processo dissociado do movimento da realidade, com várias construções sociais, psíquicas, emocionais, culturais, pertinentes das experiências, adquiridas ao longo do tempo.

Atualmente as crianças têm seu lugar na sociedade e nas leis de Proteção, com garantia de direitos, mas nem sempre foi assim. Por esse motivo, é imprescindível resgatar ainda que brevemente alguns recortes dos postulados do intelectual que se aprofundou nas questões que envolvem a invenção da infância, Philippe Ariès, cuja obra se situa aproximadamente em meados do final da década de 1960.

Segundo Ariès (1973, p. 26) o autor aponta alguns dos princípios que norteiam sua interpretação: A história das mentalidades é sempre, quer o admita ou não, uma história comparativa e regressiva. Partimos necessariamente do que sabemos sobre o comportamento do homem de hoje, como de um modelo ao qual comparamos os dados do passado – com a condição de, a seguir, considerar o modelo novo, construído com o auxílio de dados do passado, como uma segunda origem, e descer novamente até o presente, modificando a imagem ingênua que tínhamos no início.

Nesta época as crianças e adolescentes não tinham nenhum tipo de proteção, viviam expostas aos vários tipos de violência intrafamiliar¹, mas esse panorama violento se modificou e criou novos rumos e contornos após os anos 1970, década que vai auxiliar o entendimento do contexto da época, a respeito das ocorridas na história das crianças e adolescentes vitimizados.

De acordo com Ariès (1981, s.p) a história da criança, o lugar ocupado na sociedade e a forma como se encaixava na sua família, até o período histórico denominado Idade Média, não possuía espaço no ceio familiar, eram como pequenos adultos, criados nas famílias. O autor afirma que a construção do amor pela criança foi durante muito tempo, despercebido, sufocado, chegando mesmo até a não existir, indicando que apenas no século XVII, houve o surgimento de **noção de infância**, junto

¹ Significa violência no âmbito da família, é mais uma mazela construída historicamente e socialmente, cria uma cultura concomitante aos casos de violência que são abafados, por falta de denúncia aos órgãos competentes.

com as transformações que começam a se processar na transição para a sociedade moderna. Na história da construção do sentimento da infância a trajetória da criança é marcada pela marginalização, discriminação e exploração. (Grifo nosso)

Em 1927 foi criado no Brasil o CÓDIGO DE MENORES, que só se preocupava com as crianças em situação irregular (meninos de rua, trombadinhas, mendigos, órfãos), pois eram vistas como uma ameaça à sociedade, já que colocavam em risco a propriedade alheia. Esse código permitia uma discriminação que provocava um tratamento diferente entre as crianças e adolescentes; se nasciam em famílias pobres, eram vistas como MENORES, que podiam ser objeto de controle, intervenção e repressão do Estado.(ECA – em linguagem popular, 2006, s.p)

De acordo com a citação acima, entende-se que as crianças e adolescentes eram stigmatizadas, devido a sua condição de abandono, e pobreza, no entanto a intervenção realizada era no sentido de repreender e controlar a vida nas ruas, pois a pobreza e mendicância incomodava a sociedade, não era no sentido de resgatar, ou realizar um trabalho com vistas a melhorar essa condição em que eram expostos, inclusive da violência.

Romera (2009) afirma que no Brasil, durante o processo de Ditadura Militar por volta de 1964, a censura se manifestava de modo agressivo, assim como os vários tipos de violência, a urbana, a surda, e todas eram abafadas pela luta política. Um dos problemas latentes dessa época eram as crianças e adolescentes nas ruas. A igreja católica tinha ligação com os militantes que sofriam com a ditadura e encabeçado por esta, criou-se um movimento, que mais tarde foi chamado de Movimento Meninos e Meninas contra a ditadura. Nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, começaram a tomar as primeiras medidas em favor dessas crianças, a partir desse “ponta-pé” inicial, esse movimento cria visibilidade no mundo inteiro.

Anteriormente, as crianças eram presas arbitrariamente, se cometessem infrações, existia uma desproteção total em relação à criança e ao adolescente, ou seja, tinham várias necessidades que deveriam ser supridas, para atingirem um

desenvolvimento saudável. A esse processo é denominado para Airès (1981, s.p) como:

A invenção da infância como um período de desenvolvimento, em que algumas das necessidades básicas das mesmas eram supridas por seus familiares, prevendo assim um novo papel para a criança, onde se prevê a estimulação e o incentivo para deste modo oportunizar-se um crescimento saudável e feliz, conseqüentemente um adulto bem resolvido. O aparecimento do tema da família não foi um simples episódio, mas uma evolução maciça durante os séculos XVI e XVII. O sentimento da família, que emerge nos séculos XVI e XVII, é inseparável do sentimento da infância. (Grifo nosso)

A partir da citação acima entende-se que os sentimentos de família e infância são inseparáveis, entretanto, as crianças e adolescentes não tinham nem um dos dois, o que posteriormente viria a acarretar problemas no seu crescimento e desenvolvimento pessoal. Em Nozabielli (2005, p. 2), é verificada a necessidade de compreender o significado de família:

É entendê-la como uma instituição que sofre transformações e adaptações importante em razão da época, da cultura, das condições sociais, das crenças e valores. Na perspectiva dialética a família é considerada uma unidade de produção e reprodução, portanto encontra-se em constante movimento, gerando suas próprias contradições e se constituindo em uma construção histórica e social.

As famílias atualmente são compostas de vários arranjos familiares, sofrem transformações diversas ao longo do tempo, a depender das mais amplas condições que permitem a sua inserção social e reprodução, esse é um processo dinâmico e contraditório, além disso, a discussão sobre a construção da infância se relaciona com a de família.

Romera(2009) afirma que, por volta dos anos 1980 começa a intensificar o movimento em torno do debate inicial, formou-se um grande grupo na sociedade, a partir das pessoas que tinham ligação com área social. O contexto da vida dessas crianças e adolescentes era: drogas, crime, trabalho informal, gravidez ou estavam fora

da escola e havia a exploração em vários níveis, e devido ao fato de estarem nas ruas, totalmente desprotegidos, incomodava a sociedade.

Segundo Romera (2009) os profissionais do serviço social se debruçaram sobre a questão e tiveram a iniciativa de elaborar estudos sobre crianças e adolescentes “de” rua, isto é, sem vínculo familiar e crianças e adolescentes “na” rua, tinham família e voltaram para casa com dinheiro. Descobriu-se com esses estudos que essas crianças e adolescentes, eram explorados, como únicas fontes de renda familiar, ou vendia coisas pelas ruas ou pediam esmola. A partir daí, começou-se a discutir a violência intrafamiliar, ou por negligência ou por violência.

Em 1990, graças ao projeto da iniciativa popular (foram coletadas mais de um milhão de assinaturas em todo o Brasil), foi aprovado pelo Congresso o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, que passam a considerar todas as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, ou seja, como cidadãos que tem direitos e deveres. (ECA – em linguagem popular, 2006, s.p)

Durante esse período construiu-se o ECA - Estatuto da Criança e do adolescente, não foi fácil esse processo de construção, mas finalmente em 13 de julho de 1990 foi aprovado. Foi um grande salto qualitativo na área social, pela abrangência do estatuto. No âmbito Internacional, a ONU – Organização das Nações Unidas, fez diversas conferências, que ajudou a fortalecer a discussão no Brasil. A partir do ECA, a criança ou adolescente passam a ser vistas “como pessoa em situação peculiar de desenvolvimento”, o estatuto trouxe uma forma de enfrentar a violência contra eles.

De acordo com o ECA às crianças e adolescentes cabem os direitos e deveres, bem como os de suas respectivas famílias, da sociedade e do Estado, estabelecidos por meio da Lei Federal n. 8.069/90, que regulamentou o artigo 227 da Constituição Federal. Sob o entendimento de que criança é a pessoa de 0 a 12 anos de idade, e adolescente, é a pessoa que tem entre 12 e 18 anos.

O ECA deixa claro a distinção entre criança e adolescente, de acordo com as referidas idades, e para Airès(1981) a importância da invenção da infância é por ser:

Um período de desenvolvimento, em que algumas das necessidades básicas das mesmas eram supridas por seus familiares, prevendo assim um novo papel para a criança, onde se prevê a estimulação e o incentivo para deste modo oportunizar-se um crescimento saudável e feliz, conseqüentemente um adulto bem resolvido.

Tal citação vem esfacelar as afirmativas do senso comum, sob o discurso de que “antigamente” a família era melhor, com isso, o pensamento conservador é reproduzido através da família, assim como a violência, que acontece em qualquer classe social, ou em qualquer estágio de desenvolvimento do mundo capitalista.

Para Romera (2009) a família é uma questão coletiva. Entende-se que, a idéia de família também foi constituída ao longo do tempo, a partir do modelo de família nuclear burguesa ou família estrutural: pai/mãe e filhos é entendida como célula básica da sociedade, o que nem sempre corresponde à felicidade, proteção e harmonia. A concepção abstrata de família é pautada na existência de uma estrutura montada pelo casamento, alicerçada pelo discurso de que existia a felicidade, e não a violência.

Ainda afirma que, essa concepção é um mito, a família não consegue cumprir essa imagem, o que implica no desenvolvimento do sujeito, pois às vezes esse espera proteção dessa família, que não consegue cumprir seu papel social e protetivo de si e de seus membros, no entanto, “as famílias de antigamente”, eram compostas por meninas oprimidas, tinham que aprender a bordar, cozinhar e a se portar de determinada maneira e o que definia a passagem da infância para a maturidade, era a primeira menstruação, depois desse momento, as meninas estavam prontas para o casamento.

Segundo a mesma autora, a concepção e nascimento de crianças eram pensados somente na herança, em não dividi-la. A moda da época era: melhor casar-se, não importava com quem. Destaca que Freud traz a fona à questão psicológica da infância, mas não a sócio-histórica, com seu delinear dinâmico e contraditório.

Segundo Romera (2009) a história avança e a próxima geração escolhe com quem deseja se casar, o amor romântico é valorizado. A atual se descasa ou fica solteira, é opcional. Outro mito que está posto, se a família tiver uma determinada

moral, ela vai conseguir resolver todos os seus problemas. Os indivíduos têm a idéia de aconchego quando pensa em família, mas ao mesmo tempo em que pode ser espaço de afeto, é o “palco” de grandes contradições, como a violência.

A autora aproveita a oportunidade e faz uma breve reflexão sobre o processo de intervenção mais adequado em relação ao trabalho com famílias. Para Romera (2009), é trabalhar com cada membro, para isso, basta aplicar o conhecimento crítico, desmoralizar, desmistificar as situações, as questões, os contextos, todo o entorno que permeia às relações familiares. Tentar buscar compreender os problemas internos da família e criar a ruptura dos seres dessa família, para isso, requer “olhar individual e coletivo” e um não julgamento quando as relações e experiências ali vivenciadas. Como ilustração, a mesma autora sugere pensar nas situações de famílias que passaram por uma gama de problemas e que desencadearam outros, e por estarem nesse contexto não apresentam perspectiva de mudança de vida. Nesse caso, a opção é trabalhar com quem tem potencialidade, se for uma criança, ou uma avó e assim por diante. Investir naquele membro, que pode ser fortalecido.

A família é composta pelos sujeitos com seus problemas, que se não forem resolvidos, pode “estourar” a qualquer momento em forma de violência, que pode ser física, psicológica, social ou por negligência. O problema não são as famílias em seus diferentes arranjos, mas os membros que as compõem. O senso comum se pauta sob a afirmativa que atualmente as crianças e adolescentes estão “terríveis”, baseado em quais dados?

As crianças atualmente podem apresentar comportamento questionador e às vezes explosivo, uma das razões pode ser derivada do contexto de opressão observado e sentido pelos familiares que anteriormente traçaram esse tipo de conduta coercitiva e de violência, e atualmente estes, apenas reproduzem o que aprenderam outrora.

O ECA trouxe a perspectiva de sujeito de direitos e enfatiza a sua condição “peculiar” de desenvolvimento, quebra assim os estigmas e preconceitos, vivenciados na época do código de menores. A invenção da infância, assim como a invenção do Eca, só vieram a contribuir para o desenvolvimento dos sujeitos sociais,

rumo a uma vida mais saudável e digna. Com outras palavras, a infância e a adolescência, advém do imaginário/coletivo, é uma imagem social em nossa cultura, uma construção social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi verificado ao longo desse artigo a construção da infância e implantação do ECA, como um salto qualitativo na vida das crianças e adolescentes do Brasil, e o conceito de infância foi pilarizado baseado nos pressupostos teóricos de Ariès que apresentou a problematização de tal conceito na Antiguidade, veio contribuir com o debate sobre a invenção da infância até então, como processo inexistente.

De acordo com a análise realizada por Ariès, verificou-se a problematização do conceito de infância e respectivas construções sociais sobre o tema. Segundo o autor, a criança era considerada um adulto em miniatura por não haver distinção entre o mundo adulto e o mundo infantil, e por não haver separação entre o público e o privado.

Como verificado com os postulados evidenciados posteriormente pelo teórico, ocorreu uma mudança na perspectiva de criança. O ECA também tem ligação com essa consolidação, e o conceito de infância, é destacada quando a criança começa a ocupar o lugar central na família.

A solicitação feita aos leitores desse artigo, é para que esse debate não seja finalizado, ou esquecido, nos âmbitos acadêmicos e da sociedade civil, e como questão posta, a luta contra a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, continua a ser de interesse indiscutível dos profissionais e intelectuais, para que reúnam dados que ajudem na formulação de outras pesquisas sobre crianças e adolescentes, especialmente sobre os que sofrem algum tipo de privação de uma vida e desenvolvimento saudável e tranquilo, e que mesmo com todos os avanços

verificados não tenham mais que passar por situações violentas, que sem sombra de dúvida, não vem à tona, seja por omissão, da sociedade que deveria efetuar as denúncias e essas não chegam aos órgãos competentes, ou por descaso ou negligência.

A implantação do ECA não exige o desafio lançado na construção do projeto Ético-político do Serviço social, para além de desmistificar esse tipo de violência, à elaboração de mais estudos a respeito, para o enfrentamento da questão debatida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ECA – **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal n. 8.069/90
Em Linguagem popular, 2006

ECA – **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal n. 8.069/90

FACULDADES INTEGRADAS “ANTONIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”. **Normalização de apresentação de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. 2007 –
Presidente Prudente, 2007, 110p.

ARIÈS, Philippe. **O conceito de infância**. Disponível em:
<<http://pedagogianacabeca.blogspot.com/2009/07/o-conceito-de-infancia-segundo-philippe.html>>. Acesso em: 19 de jul. de 2011

ARIÈS, Philippe. **História social da Criança e da Família**. Disponível em:
<http://www.netsaber.com.br/resumos/ver_resumo_c_882.html>. Acesso: em 19 de jul de 2011

ANÁLISE CRÍTICA SOBRE TEXTO IMAGENS DA FAMÍLIA. Disponível em:
<<http://www.webartigos.com/articles/52601/1/Analise-critica-sobre-texto-Imagens-da-Familia/pagina1.html>>.

Acesso em: 19/07/2011

NOZABIELLI, Sonia Regina; OLIVEIRA, Marcia Helena de. Metodologia dos trabalhos com famílias: um processo em construção permanente. In: **Formação continuada para educadores sociais de Presidente Prudente**. Fev. de 2005. (impresso)